Nota para a Imprensa

28.11.2024





1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

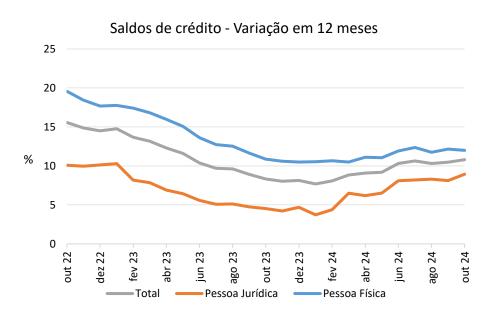
Em outubro, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro atingiu R\$17,9 trilhões (155,8% do PIB), avançando 1,5% no mês, com expansões de 4,6% nos empréstimos externos, refletindo a depreciação cambial de 6,05% no período, e 1,3% nos títulos públicos de dívida. Em 12 meses, o crédito ampliado expandiu 14,3%, com crescimentos de 13,4% nos saldos dos títulos públicos de dívida, 10,4% nos empréstimos do SFN e 17,8% nos componentes de dívida externa.

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$6,3 trilhões (55,0% do PIB), avançando 1,6% no mês, ressaltando-se a expansão de 4,5% nos empréstimos externos, como mencionado, influenciado pela depreciação cambial. Em relação a outubro de 2023, a expansão de 15,2% decorreu das elevações de 25,5% em títulos de dívida e de 14,7% nos empréstimos externos.

O crédito ampliado às famílias atingiu R\$4,2 trilhões (36,2% do PIB), crescimentos de 0,9% no mês e de 12,1% em doze meses, refletindo, basicamente, o comportamento dos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O saldo das operações de crédito do SFN alcançou R\$6,3 trilhões em outubro, com crescimento de 0,7% no mês. Esse desempenho decorreu dos aumentos de 0,3% no crédito destinado às pessoas jurídicas e de 1,0% no às pessoas físicas, totalizando R\$2,4 trilhões e R\$3,9 trilhões, respectivamente. Na comparação com igual período do ano anterior, o saldo do crédito do SFN acelerou em relação ao mês anterior, 10,8% ante 10,6%. Por segmento, considerados os mesmos períodos de comparação, o crédito destinado às empresas acelerou, com alta de 8,9% ante 8,1%, enquanto o às famílias registrou arrefecimento no rítmo de expansão, com avanço de 12,0% ante 12,2% registrado em setembro.



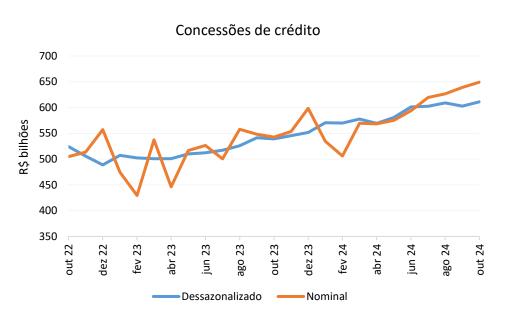
O saldo das operações de crédito com recursos livres alcançou R\$3,6 trilhões em outubro, com incrementos de 0,2% no mês e de 10,2% em doze meses. O crédito às empresas delcinou 0,7% no mês e expandiu 8,7% sobre o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$1,5 trilhão. Esse movimento foi determinado, basicamente, pela redução das carteiras de desconto de duplicatas e outros recebíveis (-5,1%,após crescimento sazonal

observado no mês anterior) e capital de giro com prazo superior a 365 dias (-1,9%).



O crédito livre destinado às famílias aumentou 0,9% no mês e 11,3% em doze meses ao atingir R\$2,1 trilhões. Contribuiram de forma determinante para esse crescimento os incrementos das carteiras de cartão de crédito à vista (+1,6%), financiamento para a aquisição de veículos (+2,0%), crédito pessoal não consignado (+1,2%) e de crédito pessoal consignado para trabalhadores do setor público (+0,6%).

O saldo das operações de crédito com recursos direcionados cresceu 1,4% no mês e 11,7% em doze meses, atingindo R\$2,6 trilhões em outubro. Por segmento, o crédito direcionado às pessoas jurídicas totalizou R\$868,1 bilhões, com altas de 2,2% no mês e de 9,5% na comparação com igual período do ano anterior, e o crédito direcionado às pessoas físicas somou R\$1,8 trilhão, com incrementos de 1,0% no mês e de 12,8% em doze meses.



As novas contratações nominais de crédito do SFN somaram R\$649,3 bilhões em outubro. Nas séries sazonalmente ajustadas, as concessões aumentaram 1,4% no mês, com avanço de 3,3% nas operações destinadas às empresas e redução de 0,7% nas com as famílias. Nos doze meses acumulados até outubro, novas contratações nominais variaram 14,4%, com incrementos de 15,5% operações nas

pessoas jurídicas e de 13,5% nas com pessoas físicas. As novas contratações médias diárias recuaram 7,2% no mês, com decréscimos de 8,8% nas operações com empresas e de 5,9% nas contratadas com as famílias. Cabe ressaltar a ocorrência de dois dias úteis a mais em outubro em relação ao mês anterior.

A taxa média de juros das novas contratações cresceu 0,5 p.p. no mês e diminuiu 1,2 p.p. em doze meses ao situar-se em 28,1% a.a. em outubro. Nas operações destinadas às pessoas jurídicas, a taxa média de juros alcançou 19,0% a.a., com alta mensal de 1,3 p.p. e decréscimo de 0,8 p.p. em doze meses. Nas operações com pessoas físicas, a taxa média manteve-se estável no mês em 32,4% a.a., com redução de 1,8 p.p. em doze meses. O *spread* bancário, que corresponde à diferença entre as taxas médias de juros praticadas nas operações de crédito e o custo de captação, assinalou estabilidade no mês e redução de 1,6 p.p. em doze meses, atingindo 18,4 p.p..

No crédito livre, a taxa média de juros alcançou 40,2% a.a. em outubro, alta de 0,3 p.p. no mês e redução de 1,8 p.p. em doze meses. Nas operações com empresas, a taxa média registrou aumento mensal de 0,8 p.p. e diminuição de 1,6 p.p. em doze meses ao situar-se em 21,4% a.a.. Foram determinantes para o crescimento da taxa média no mês, os incrementos das taxas médias das operações com cartão de crédito



rotativo (+95,7 p.p.) e de cheque especial (+12,2 p.p.). Nas operações de crédito livre às famílias, a taxa média de juros manteve-se estável em 52,4% a.a., com redução de 2,7 p.p. em doze meses.

No mês, o efeito da variação das taxas de juros (efeito taxa) foi determinante para o crescimento da taxa média de juros do crédito livre, sendo atenuado, em parte, pelo efeito decorrente da alteração na composição das carteiras (efeito saldo).

Crédito com Recursos Livres

	Taxas médias de juros (% a.a.)) Variaçõe	Variações mensais (p.p.)		
	set/24	out/24	Efeito	Efeito Saldo	Total	
			Taxa			
Pessoa Física	52,4	52,4	0,3	-0,3	0,0	
Pessoa Jurídica	20,6	21,4	1,2	-0,4	0,8	
Total	39,9	40,2	0,6	-0,3	0,3	

O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, situou-se em 21,7% a.a., variando -0,1 p.p no mês e -0,4 p.p. em 12 meses.

A taxa de inadimplência do crédito total do SFN, considerados os atrasos superiores a 90 dias, situou-se em 3,2%, com estabilidade no mês e redução de 0,3 p.p. comparativamente a outubro de 2023. Por segmento, a inadimplência da carteira de crédito de pessoas jurídicas situou-se em 2,3%, enquanto a de pessoas físicas alcançou 3,7%, ambas com redução mensal de 0,1 p.p.. Em doze meses, a inadimplência das operações com empresas e famílias diminuiu 0,5 p.p. e 0,2 p.p., respectivamente.

No crédito livre, a inadimplência alcançou 4,4% da carteira em outubro, com diminuição de 0,1 p.p. no mês e de 0,5 p.p. em doze meses. Por segmento, a inadimplência da carteira de crédito livre às empresas e às famílias, situaram-se em 2,9% e 5,5%, respectivamente, com estabilidade mensal no segmento empresarial e redução de 0,1 p.p. no tocante às famílias. Em doze meses, os percentuais de inadimplência registraram queda de 0,6 p.p. e de 0,4 p.p., na mesma ordem.

O endividamento das famílias situou-se em 48,0% em <u>setembro</u>, sem variação em relação ao mês anterior e queda de 0,1 p.p. em 12 meses. O comprometimento de renda caiu 0,2 p.p., alcançando 26,5%. A variação em doze meses continua negativa, em -0,4 p.p..

3. Agregados monetários

A base monetária encerrou o mês de outubro em R\$437,7 bilhões, crescimento de 1,8% no mês e de 10,1% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação e as reservas bancárias aumentaram 0,3% e 8,2%, respectivamente.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, apresentaram expansão as operações com títulos públicos federais, R\$12,1 bilhões (colocações líquidas de R\$36,8 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$48,9 bilhões no mercado secundário), as do setor externo,



R\$536 milhões e as com derivativos, R\$30,3 bilhões. Impactaram de forma contracionista, as operações do Tesouro Nacional, R\$16,1 bilhões, e os depósitos de instituições financeiras, R\$6 bilhões (recebimento de depósitos voluntários a prazo, -R\$9,1 bilhões, liberação de recursos de depósitos a prazo, +R\$596 milhões, de recursos de caderneta de poupança, +R\$723 milhões, de recursos de depósitos de garantias em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$1,5 bilhão e de recursos do Proagro, +R\$237 milhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) atingiram R\$637,6 bilhões, diminuição de 5,4% no mês, decorrente das reduções em depósitos à vista (-9,1%) e papel-moeda em poder do público (-0,7%). Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 recuou 2,2% no período.

O M2 avançou 0,5% no mês, atingindo R\$6,4 trilhões, refletindo o crescimento do saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras, 1,5%, totalizando R\$4,8 trilhões. No período, o saldo dos depósitos a prazo cresceu 1,4%, totalizando R\$3,2 trilhões, enquanto os saldos das letras financeiras e das letras de crédito avançaram, ambos, 1,8%. O saldo dos depósitos de poupança recuou 0,1% (R\$1,0 trilhão), com captações líquidas negativas de R\$6,3 bilhões. O M3 variou 0,4% em outubro, totalizando R\$12,0 trilhões, resultado do aumento do M2 e da variação positiva no saldo das quotas de fundos monetários que totalizou R\$5,3 trilhões (+0,4%). As operações compromissadas com títulos públicos federais recuaram 12,2%, enquanto as com títulos privados avançaram 7,6%. O M4 avançou 0,8% no mês, totalizando R\$13,3 trilhões. Em 12 meses a variação foi de 13,7%.

4. Limitação do montante de juros e encargos financeiros em cartões de crédito

A <u>Lei nº 14.690</u>, de 3 de outubro de 2023, determinou que, no crédito rotativo e no parcelamento do saldo devedor das faturas de cartões de crédito e de outros instrumentos de pagamento pós-pagos, o montante total cobrado a título de juros e encargos financeiros não poderá exceder o valor original da dívida.

Visando contribuir para o acompanhamento dos efeitos dessa legislação, o Banco Central passou a divulgar em página específica os percentuais acumulados dos montantes de juros e encargos nas operações de cartão rotativo e parcelado a partir da entrada em vigor da lei. Esses dados mostram a distribuição de frequência da proporção dos montantes de juros e encargos financeiros cobrados pelas instituições financeiras em relação ao valor original da dívida e estão disponíveis no endereço www.bcb.gov.br/estatisticas/juros-cartao-de-credito ou pelo caminho Estatísticas > Taxas de Juros > Juros acumulados no cartão de crédito.

Em outubro, o percentil 99 alcançou 100% em algumas instituições financeiras. Desde o início de vigência da lei, em 3 de janeiro de 2024, o indicador apresentou percentuais gradualmente crescentes, especialmente nos percentis mais elevados. Em março, o percentil 99 mostrava percentual máximo de 53,97%; em junho, 66,85%; e, em outubro, 100%. Esse comportamento era previsível, considerando o fato de a lei se aplicar somente aos saldos financiados a partir de sua vigência na forma de crédito rotativo ou parcelado e o nível de taxas de juros da modalidade. Elevações adicionais, além de 100%, não podem ocorrer, pois estariam contrariando o limite definido em lei.



É importante ressaltar que os percentuais mais elevados apresentados pelo indicador correspondem ao percentual de juros e encargos financeiros acumulados, na comparação com o montante original da dívida, por clientes posicionados no percentil 99, que corresponde a 1% dos clientes com os níveis mais elevados de endividamento.

O Banco Central orienta o consumidor a quitar integralmente a fatura do cartão de crédito. O uso do cartão na modalidade crédito rotativo deve ser evitado por ser uma linha cara de financiamento.



		Percentil 25	Percentil 50	Percentil 75	Percentil 99
BANCO BMG S.A.	jul/24	9,13	18,11	29,22	63,07
	ago/24	9,74	19,48	35,88	69,40
	set/24	10,73	19,48	36,22	72,80
	out/24	9,74	19,48	36,20	81,05
BANCO BRADESCARD	jul/24	3,31	8,06	17,09	49,36
	ago/24	3,45	8,31	17,81	57,59
	set/24	3,52	8,87	17,91	59,94
DANIGO DDADEGGO O A	out/24	9,12	15,69	30,26	78,71
BANCO BRADESCO S.A.	jul/24	9,13	18,89	33,48	58,94
	ago/24	9,78	19,91	37,53	66,28
	set/24	7,16	15,93	27,74	72,68
BANCO BV S.A.	out/24	7,88	17,63	30,07	78,06
BANCO BV S.A.	jul/24 ago/24	4,22 4,22	10,91 10,89	24,14 24,89	65,07 70,91
	set/24	4,22	11,63	24,09	76,56
	out/24	4,22	11,41	25,01	82,53
BANCO C6 S.A.	jul/24	3,87	6,41	11,88	41,03
DAILOG GG G.F.L	ago/24	3,65	6,47	12,93	41,18
	set/24	4,00	6,95	14,29	42,11
	out/24	3,94	6,98	14,94	41,83
BANCO CSF S.A.	jul/24	4,81	10,57	23,07	66,70
	ago/24	6,21	13,89	24,22	77,67
	set/24	6,28	14,70	26,33	82,32
	out/24	6,92	15,56	28,38	85,87
BANCO PAN	jul/24	4,73	12,01	21,24	60,05
	ago/24	5,22	13,58	22,55	60,74
	set/24	5,16	13,75	22,58	62,39
	out/24	5,00	13,65	21,94	64,22
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	jul/24	7,01	14,77	21,78	53,75
	ago/24	6,82	15,27	22,91	58,26
	set/24	5,84	14,92	22,88	63,97
	out/24	6,00	15,52	23,95	67,05
BCO DO BRASIL S.A.	jul/24	1,37	3,51	13,76	31,73
	ago/24	1,44	4,66	15,14	36,96
	set/24	1,47	5,39	15,62	41,59
	out/24	1,47	5,39	15,62	41,59
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	jul/24	3,80	8,01	13,08	33,77
	ago/24	4,90	7,82	13,16	37,41
	set/24	4,50	7,32	13,15	40,19
ITAÚ UNIBANCO S.A.	out/24	4,57	7,46	13,16	42,60
II AU UNIBANCO S.A.	jul/24	4,96	11,22 13,41	21,80	73,57
	ago/24 set/24	5,23 4,94	13,45	25,20 27,07	83,71 99,04
	out/24	4,94	14,12	29,01	100,00
LUIZACRED S.A. SCFI	jul/24	5,08	11,33	20,98	73,91
LOIZAGNED C.A. GOIT	ago/24	5,61	13,64	24,09	83,48
	set/24	5,01	13,15	26,12	99,91
	out/24	4,89	14,11	27,89	100,00
NU FINANCEIRA S.A. CFI	jul/24	4,13	11,75	21,91	70,25
	ago/24	4,58	12,24	25,51	80,55
	set/24	4,58	12,41	25,88	86,13
	out/24	4,67	12,51	26,12	89,91
DODTOCEC C A CEL	jul/24	5,46	12,55	24,47	69,35
PURIUSEG S.A. CFI	jui/ 24	-,		•	
PORTOSEG S.A. CFI	-	5,48	12,93	25,53	11,40
PORTUSEG S.A. CFI	ago/24	5,48 5,76	12,93 13,59	25,53 26,50	77,48 85,27
PORTUSEG S.A. CFI	ago/24 set/24	5,76	13,59	26,50	85,27
	ago/24 set/24 out/24	5,76 5,70	13,59 14,38	26,50 27,92	85,27 90,92
REALIZE CFI S.A.	ago/24 set/24 out/24 jul/24	5,76 5,70 2,60	13,59 14,38 5,96	26,50 27,92 14,83	85,27 90,92 71,35
	ago/24 set/24 out/24	5,76 5,70	13,59 14,38	26,50 27,92	85,27 90,92



5. Revisão das estatísticas de crédito

A <u>Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas</u> (<u>DSTAT</u>) do <u>Banco Central do Brasil</u>, 3º edição, de junho de 2023, estabelece que revisões extraordinárias devem ser efetuadas e informadas tão logo sejam identificados novos dados.

Neste mês, está sendo realizada revisão extraordinária em função de novas informações em algumas modalidades. Esta revisão extraordinária abrange o período a partir de janeiro de 2023 e as principais modalidades que sofreram alterações foram:

- a) PF Cartão de crédito rotativo: saldos, inadimplência;
- b) PF Cartão de crédito parcelado: saldos, inadimplência;
- c) PF Cartão de crédito total: saldos, taxas de juros;
- d) PF Recursos Livres Total: saldos, taxas de juros.